Lição 8: Método e Ordem da Deliberação

> *Não deliberamos, porém, sobre os fins, mas sobre aquelas coisas que se ordenam aos fins. Pois nem o médico delibera se curará, nem o retórico se persuadirá, nem o político se fará a paz, nem nenhum dos demais sobre o fim. [473]*
>
> *Mas, estabelecendo algum fim, consideram de que modo e por quais meios ele será alcançado. E, se parece poder fazer-se por vários meios, consideram por qual deles se alcança mais facilmente e da melhor maneira; se, porém, se obtém por um só meio, de que modo se alcançará por este e este por qual outro, até que cheguem à primeira causa, que é a última na ordem da descoberta. [475]*
>
> *Pois aquele que delibera parece investigar e resolver do modo dito, como no diagrama. Ora, parece que nem toda investigação é conselho, por exemplo a matemática, mas todo conselho é investigação. E aquilo que é último na resolução é primeiro na geração. [476]*
>
> *E, se acaso descobrem que é impossível, desistem; por exemplo, se se necessita de dinheiro, mas não é possível fornecê-lo. Se, porém, parece possível, começam a operar. Ora, possíveis são aquelas coisas que se fazem por nós; pois as que se fazem pelos amigos, de algum modo se fazem por nós, porque o princípio está em nós. [477]*
>
> *Investigam-se, porém, às vezes os instrumentos, às vezes o uso deles; e semelhantemente também nos demais casos, às vezes por qual meio, às vezes de que modo ou por que causa. [478]*
>
> *Ora, parece, conforme se disse, que o homem é o princípio das operações. E o conselho versa sobre as coisas operáveis por ele mesmo. [479]*
>
> *Ora, as operações se fazem por causa de outras coisas. Portanto, o fim não é objeto de deliberação, mas as coisas que são para os fins. [480]*
>
> *Nem tampouco as coisas singulares, por exemplo, se isto é pão ou se foi digerido como convém ou preparado como convém. Pois isto pertence ao*

> *sentido. Se, porém, alguém sempre deliberasse, iria ao infinito. [481]*

473. ***Não deliberamos, porém, acerca dos fins*** etc. Depois que o Filósofo mostrou acerca de que coisas há deliberação, aqui determina o modo e a ordem de deliberar. E porque a deliberação é uma certa investigação, a respeito disto faz três coisas:

primeiro, mostra o modo da investigação deliberativa;

segundo, seu efeito, ali: ***e se, na verdade, é impossível*** etc.;

terceiro, mostra o termo desta investigação, ali: ***parece, porém, que, assim como*** etc.

Acerca do primeiro, faz duas coisas:

primeiro, propõe o modo de deliberar;

segundo, esclarece algumas coisas que dissera, ali: ***pois quem delibera*** etc.

Ora, como a deliberação é uma certa investigação prática acerca das coisas operáveis, é necessário que, assim como na investigação especulativa se supõem os princípios e se investigam algumas outras coisas, assim também aconteça na deliberação.

Por isso, primeiro mostra o que se supõe na deliberação;

segundo, o que se investiga na deliberação, ali: ***mas, tendo posto o fim*** etc.

474. Deve-se considerar que, nas coisas operáveis, o fim está como princípio, porque do fim depende a necessidade das coisas operáveis, como se diz no II livro da *Física*; e por isso nas deliberações é preciso supor o fim. E isto é o que diz, que não deliberamos acerca dos fins, mas acerca daquelas coisas que são para os fins, assim como nas coisas especulativas não se investiga acerca dos princípios, mas acerca das conclusões. Ora, o que dissera esclarece por meio de exemplos, a saber, porque o médico não delibera se deve curar o enfermo, mas isto supõe como fim; nem tampouco o retórico delibera se deve persuadir, mas isto pretende como fim; nem tampouco o político, isto é, o governante da cidade, delibera se deve fazer a paz, a qual está para a cidade assim como a saúde para o corpo do homem, a qual consiste na conveniência dos humores assim como a paz na conveniência das vontades; e assim também nenhum dos outros que operam delibera acerca do fim.

475. Em seguida, quando diz: ***mas, tendo posto o fim*** etc., mostra acerca de que coisas e de que modo se faz a investigação da deliberação.

A respeito disto, põe três coisas.

A primeira delas é que, suposto algum fim, a primeira intenção dos que deliberam é como, isto é, por que movimento ou ação, se pode chegar àquele fim, e por que instrumentos é preciso mover-se ou agir para o fim, por exemplo, por cavalo ou por navio.

A segunda intenção, porém, é, quando a algum fim se pode chegar por várias coisas, sejam instrumentos ou ações, por qual delas se chega mais fácil e melhor; e isto pertence ao juízo, no qual algumas vezes alguns são deficientes, embora se saiam bem na descoberta dos caminhos para o fim.

A terceira intenção, porém, é, se acontecer que por um só instrumento ou movimento, ou por um de modo ótimo, se chegue ao fim, que se procure de que modo se chegue ao fim por meio deste; para o que se requer constância e solicitude. E se aquilo pelo qual se deve chegar ao fim não estiver à mão, é preciso investigar mais adiante por que meio se pode obtê-lo, e de modo semelhante acerca deste, até que se chegue à causa que ocorre primeiro no operar, a qual é última na descoberta da deliberação.

476. Em seguida, quando diz: ***pois quem delibera*** etc., esclarece o que dissera por meio da semelhança com a investigação especulativa. E diz que, por isso, a causa que é primeira na operação é última na descoberta, porque aquele que delibera parece investigar, como foi dito, por certo modo de resolução, assim como no diagrama, isto é, na descrição geométrica na qual quem quer provar alguma conclusão é preciso que resolva a conclusão em princípios até que chegue aos primeiros princípios indemonstráveis. Ora, toda deliberação é uma questão, isto é, uma certa investigação, embora nem toda questão, isto é, investigação, seja deliberação, como a investigação matemática; pois somente a investigação acerca das coisas operáveis é deliberação. E porque quem delibera investiga de modo resolutivo, é necessário que sua investigação seja conduzida até aquilo que é primeiro na operação, porque aquilo que é último na resolução é primeiro na geração ou na operação.

477. Em seguida, quando diz: ***e se, na verdade*** etc., mostra o efeito da deliberação.

E primeiro mostra o proposto;

segundo, esclarece algumas coisas que foram ditas, ali: ***investiga-se, porém, algumas vezes*** etc.

Diz, pois, primeiro que, depois que a investigação da deliberação chegar àquilo que é preciso operar primeiro, se os que deliberam encontrarem que aquilo é impossível, desistem, isto é, abandonam todo aquele negócio como que desesperando; por exemplo, se para levar a cabo algum negócio o homem necessita de dinheiro para dar a alguns e não pode dá-lo, é preciso abandonar o negócio. Se, porém, parecer que é possível aquilo que foi encontrado por meio da deliberação, imediatamente começam a operar, porque, como foi dito, é preciso que seja primeiro na operação aquilo em que termina a investigação resolutiva da deliberação. Ora, diz-se que algo é possível a quem opera não somente segundo a própria potência, mas também segundo a potência de outros; por isso diz que são possíveis as coisas que se fazem por nós, sob as quais se compreendem as que se fazem pelos amigos, porque as coisas que se fazem pelos amigos de algum modo se fazem por nós, na medida em que o princípio delas está em nós, enquanto eles mesmos fazem isto por consideração a nós.

478. Em seguida, quando diz: ***investiga-se, porém*** etc., esclarece o que dissera, a saber, quais são aquelas coisas investigadas que algumas vezes se encontram impossíveis, e algumas vezes

não. E diz que algumas vezes se investigam por deliberação os instrumentos, por exemplo, um cavalo ou uma espada, e algumas vezes a necessidade, isto é, a oportunidade, deles, isto é, de que modo é preciso usá-los; e assim também é nas demais artes, que algumas vezes se investiga por que meio algo se faz, e algumas vezes como ou por que motivo, coisas que pertencem à referida necessidade.

479. Em seguida, quando diz: ***parece, porém, que, assim como*** etc., mostra que há um termo ou parada na investigação da deliberação. E isto segundo três aspectos.

Primeiro, na verdade, da parte do próprio operante. Por isso diz que, como foi dito acima, o homem é princípio de suas operações. Ora, a deliberação de cada homem é acerca daquelas coisas que são operáveis por ele mesmo. E por isso, quando a investigação da deliberação chega àquilo que o homem tem em seu poder para fazer, ali termina a deliberação.

480. Segundo, ali: ***as operações, porém*** etc., mostra que a deliberação tem termo ou parada da parte do fim. E diz que todas as operações se fazem por causa de outras coisas, isto é, dos fins. Por isso, acerca do próprio fim não há deliberação, mas acerca daquelas coisas que são para o fim. E assim fica claro que há parada na investigação da deliberação, tanto da parte do fim quanto da parte do agente, assim como nas demonstrações, tanto para cima quanto para baixo, como que da parte de um e outro extremo.

481. Terceiro, ali: ***nem tampouco as coisas singulares*** etc., mostra que há parada na investigação da deliberação da parte dos instrumentos singulares que usamos nas operações como certos meios para chegar ao fim. E diz que tampouco há deliberação acerca das coisas singulares, quais são, por exemplo, se aquilo que se propõe é pão, ou se está digerido, isto é, cozido, ou preparado como convém. Pois isto o sentido discerne.

482. Que, segundo estes três aspectos, haja parada nas deliberações, assim como também nas demonstrações, prova-o pelo impossível, porque, se alguém sempre deliberasse, isto iria ao infinito, o que não cai sob a razão e, por conseguinte, tampouco sob a deliberação, que é uma certa investigação raciocinativa, como foi dito.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:05:05 by Admin
Updated 15 October 2026 23:00:22 by Admin